



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOCILENE DA COSTA FARIAS

ROSILENE VINHAS BANDEIRA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DE SERRA DO NAVIO - AP**

PEDRA BRANCA DO AMAPARI – AP

2022

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F224i Farias, Jocilene da Costa
 A importância da família na Educação Infantil de Serra do Navio-AP /
 Jocilene da Costa Farias, Rosilene Vinhas Bandeira Silva. - Porto Grande,
 2022.
 36 f.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de
 Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Porto Grande, Curso
 de Graduação de Licenciatura em Pedagogia (EaD) - Polo Pedra Branca,
 2022.

 Orientadora: Sandra Maria Nascimento de Mattos.

 1. Educação básica . 2. Papel da família na educação. 3. Papel do professor
 na educação . I. Silva, Rosilene Vinhas Bandeira . I. Mattos, Sandra Maria
 Nascimento de , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOCILENE DA COSTA FARIAS

ROSILENE VINHAS BANDEIRA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DE SERRA DO NAVIO- AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia -EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, campus Porto Grande, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador(a): Sandra Maria N. de Mattos

PEDRA BRANCA DO AMAPARI – AP

2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMISSÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IFAP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL

Declaramos que o documento entregue é de nossa autoria, e que detemos o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declaramos também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer pessoa ou entidade.

Na qualidade de titular dos direitos de autores da publicação, de acordo com a **Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**, autorizamos o Instituto Federal do Amapá a disponibilizar gratuitamente no seu Repositório Institucional e/ou Portal, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas abaixo, do documento em meio eletrônico, em *Formato Digital PDF*, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da Produção Técnico-Científica gerada pelo IFAP, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: TCC¹ [] TCCE² [] Dissertação [] Tese [] Artigo Científico []
Artigo Acadêmico [] Livro [] Capítulo de Livro [] Trabalho Apresentado em evento [] Outros _____

2. Identificações sobre a obra:

Autor (a): Jocilene da Costa Farias

CPF: 750.728.822-68 Matrícula: 2018260060023

E-mail pessoal: jocilenefarias77@gmail.com Telefone(s): +55 96 9180-3558

Autor (a): Rosilene Vinhas Bandeira Silva

CPF: 002.028.312-13 Matrícula: 2018260060043

E-mail pessoal: rosilenevinhasbandeira@gmail.com Telefone(s): +55 96 99139-1108

Título e subtítulo: A Importância da família na escola de Educação Infantil de Serra do Navio

Orientador (a): Sandra Nascimento de Mattos Data da defesa: 03 / 05 / 2022

3. Informações de acesso:

3.1. Liberação para divulgação³: Sim [] Não⁴

Caso a resposta seja Não, justificar: _____

A partir de qual data este documento poderá ser disponibilizado: 20 / 05 / 2022

O trabalho em meio digital deve ser entregue **em arquivo único e no formato PDF**.

Concordo que na hipótese de ser constatada alguma irregularidade no arquivo digital por mim entregue, que impeça a reprodução, farei a devida substituição tão logo seja notificado(a).

20 de maio de 2022, Pedra Branca do Amapari-AP

Jocilene da Costa Farias.

Assinatura do (a) autor (a)

Rosilene Vinhas Bandeira Silva

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação.

² Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização.

³ Licença pública Creative Commons.

⁴ Os casos que desobrigam a não divulgação dos documentos são: as obras publicadas para fins comerciais, pesquisas passíveis de patentes ou que resultarem de algum tipo de propriedade intelectual.

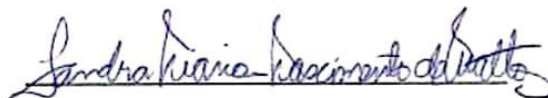
**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DE SERRA DO NAVIO - AP**

JOCILENE DA COSTA FARIAS

ROSILENE VINHAS BANDEIRA SILVA

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciado em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Sandra Maria Nascimento de Mattos
Orientadora e Presidente da Comissão



Profa. Dra. Cristina Coutinho de Oliveira
Membro parecerista



Profa. Esp. Karina Coelho de Sena
Membro parecerista

Apresentado em: 03/ 05/ 2022

Conceito: Aprovado Nota: 94

Pedra Branca do Amapari - AP, 03 de maio de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos possibilitou estar nesse momento, comemorando essa vitória em mais uma etapa de nossas vidas profissional. Agradecemos também, a todos os professores, colegas de turma e principalmente aos familiares e amigos que estiveram em nossos lados durante esse árduo caminho de conhecimento e aprendizado. A todos vocês, Gratidão!

“Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas
sonho que se sonha junto é realidade”

Raul Seixas

RESUMO

A alfabetização é um importante momento da vida estudantil da criança. Para que esse processo de formação seja efetivamente completo é preciso que exista proximidade entre a família e a escola, trabalhando de forma colaborativa. Legalmente falando, existem dispositivos que atribuem direitos e deveres ao estado e a família, assegurando assim uma melhor divisão das funções e das atribuições dos mesmos no processo de ensino aprendizagem e é na interação com a família que a criança estabelece e constrói o conhecimento em um espaço de convivência no qual aprende e incorpora os valores éticos e os significados afetivos. O presente artigo foi desenvolvido para melhor compreender a influência da família no processo de educação dos alunos. Utilizando com caminho metodológico, inicialmente a pesquisa bibliográfica onde autores como: Tedesco (2000), Libâneo (2004), Fontana (2011), Brito (2015) e outros, embasaram com suas pesquisas mostrando o real papel da família frente a educação dos filhos, apontando que a principal ferramenta para que essa interação escola-família, ocorra seja a gestão democrática, onde todos os personagens envolvidos no processo educacional, são conhecidos e reconhecidos assumindo seus papéis contribuindo para a formação de um cidadão crítico e reflexivo.

Palavras Chave: Educação básica, papel da família na educação, papel do professor na educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Dimensões da organização do trabalho educativo	16
FIGURA 2 - Organização Básica da Escola	17
FIGURA 3 - Comunidade Escolar: os stakeholders que afetam e são afetados pelo processo educativo	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação

PNE - Programa Nacional de Educação

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
2.	PROCESSO METODOLÓGICO	11
3.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
4.	PROPOSTA DIDÁTICAS COMPLEMENTARES	26
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO

No que tange a alfabetização e educação da criança existem personagens que têm papel fundamental dentro desse processo de construção e formação social, é relevante observar que não apenas o estado (escola), e os docentes têm responsabilidades. Sendo a família constituinte da unidade dinâmica na qual as relações afetivas, sociais e cognitivas estão inseridas nas condições materiais, históricas e culturais de um grupo social.

Legalmente falando, existem dispositivos que atribuem direitos e deveres ao estado e a família, assegurando assim uma melhor divisão das funções e das atribuições dos mesmos no processo de ensino aprendizagem. No que se refere à legislação oficial brasileira, a Constituição Federal, em seu artigo 205 (BRASIL, 1988), afirma que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. No título II, do artigo 1º da LDB, (BRASIL, 1996, p. 01) a redação é alterada para “a educação é dever da família e do Estado”. Se a família passa a ter uma maior responsabilidade com a educação, é necessário que as instituições família/escola mantenham uma relação que possibilite a realização de uma educação de qualidade.

Dessa forma, de acordo com a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) a educação inicial da criança se dá na família e também na comunidade. Diante dessa informação, é muito importante que haja uma interação adequada entre a escola e a família. Um momento precioso é o período de adaptação da criança, fase fundamental para a troca de conhecimentos entre pais e escola e para a constituição de laços de confiança entre eles.

Na interação com a família a criança estabelece e constrói o conhecimento em um espaço de convivência no qual aprende e incorpora os valores éticos e os significados afetivos. As instituições de educação infantil precisam interagir com os pais para compreender estes valores e significados e congrega-los aos trabalhos realizados, às matérias pedagógicas e aos espaços disponíveis adaptados para a criança em sua fase inicial de escolarização quando se inicia a modelagem de seu comportamento e confiança (UNESCO, 2003).

A escola precisa propiciar meios para a construção do conhecimento e promover o desenvolvimento do aluno, especialmente na primeira etapa da educação infantil que tem a finalidade de desenvolver integralmente a criança. A família e a escola precisam buscar sempre um ambiente saudável para a criança e estimular a sua educação e aprendizagem, pois a qualidade da educação infantil depende cada vez mais da parceria entre família e escola.

Como agência social, a escola deveria ser uma instituição especializada na educação com a finalidade de estar à disposição da família e da criança, possibilitando atividades e

programas culturais e pedagógicos. Porém alguns pesquisadores, como Piletti (2004) dizem que nem sempre isso acontece já que experiências voltadas para a sociedade não são necessariamente incluídas no currículo escolar, pois a ênfase acaba sendo restrita às questões de desenvolvimento da criança de forma parcial, sem considerá-la como um ser contextualizado histórica, social e culturalmente.

Ao abordar a temática a importância da família na escola de educação infantil, leva-se em consideração o assunto contemplado em diversos trabalhos realizados pelos autores. Com esse pressuposto esse projeto busca saber qual a influência da família no processo de ensino aprendizagem das crianças da educação infantil.

Entendendo-se que a relação entre família e escola pode colaborar ou acarretar prejuízos na formação, no desenvolvimento e na construção do conhecimento pela criança durante a educação infantil, pode-se afirmar que ambas as instituições têm um importante papel complementar no processo de aprendizagem da criança. A escola consiste no espaço em que acontece a interação entre professores e alunos, possibilitando o acesso ao conhecimento formal de dado contexto cultural, sendo um instrumento necessário ao processo educativo. Contudo sabe-se que não só no ambiente escolar se dá a aprendizagem e a criança possui outras referências que não podem ser esquecidas ou menosprezadas neste processo. Nesse contexto, apresenta-se a seguinte questão-problema: De que forma a participação familiar influencia na construção do conhecimento e das aquisições afetivas, cognitivas e sociais dos alunos?

A presente pesquisa tem como objetivo geral: Compreender a influência da família no processo de educação dos alunos. Como objetivos específicos: a) investigar sobre o que diz a constituição federal brasileira sobre a função e as responsabilidades da família na educação, seu conceito e as transformações ocorridas historicamente; refletir sobre o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem, analisando as formas de participação da família na escola: discutir os pontos positivos e negativos da influência da família na aprendizagem do aluno.

Para obtenção dos dados, essa pesquisa passará por etapas, as quais se tornam fundamentais para melhor compreender a importância da família na educação dos alunos da educação infantil. Portanto, inicialmente será necessário uma pesquisa bibliográfica, para melhor fundamentar toda a pesquisa, em seguida pesquisa documental, que será realizada na escola Josefa Nery da Costa, local onde também será aplicado a entrevista, caracterizando a pesquisa de campo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados para essa pesquisa foram obtidos através de revisão da literatura onde foram utilizados teóricos como Samara (1998), Ariés (2006), Casarin (2007), Leite e Gomes (2008) e Goulart (2013), que tratam com muita evidência a temática em questão. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, segundo Fonseca (2002) trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para que o sistema de educação seja de fato construído pela integração da escola com a sociedade é preciso que haja, por parte da escola, total abertura para que a família sinta-se parte daquele processo. Uma das formas de acolher essa comunidade é através de uma gestão democrática, onde todos podem contribuir de forma igualitária na construção de estratégias e/ou temas geradores que melhor cabem à realidade daquela escola e de seus alunos.

Ao que se refere a gestão democrática, a participação de todos os agentes ligados ao funcionamento de uma educação participativa deve ser compreendida. Não apenas para que haja melhor fluidez no andamento dos planejamentos e projetos estruturados para aquela escola, como também para que se possa avaliar a eficiência e a colaboração das partes para o bom funcionamento do processo de ensino aprendizagem, função precípua da educação escolar.

Apesar do esforço para que a escola se preserve como instituição importante para a sociedade, consideramos que os resultados verificados correspondem às condições que foram oportunizadas aos professores. Assim, compartilhamos o mesmo ponto de vista de Pimenta. De acordo com ela: Podemos dizer que o trabalho docente é uma práxis em que a unidade teoria se caracteriza pela ação reflexão – ação [...]

Este pensar reflete o ser humano enquanto ser histórico, ou seja, o pensar do professor é condicionado pelas 17 possibilidades e limitações pessoais, profissionais e do contexto em que atua (PIMENTA, 2007, p. 38 e 44).

Apesar dos limites e dificuldades, as mudanças educativas dependem dos múltiplos fatores que atuam de forma sistemática. No entanto, para finalizar, vale lembrar que reconhecer o caráter sistemático não significa que seja necessário ou possível modificar tudo ao mesmo tempo. Significa antes que, em determinado momento, é preciso responsabilizar-nos pelas consequências da modificação de um elemento específico sobre os restantes fatores” (TEDESCO, 2000, p.171).

A escola, vista como uma organização social, cultural e humana, requer que cada sujeito envolvido tenha o seu papel definido em um processo de participação coletiva. Portanto, a efetivação da Gestão Democrática passa pelas condições materiais e imateriais que as instituições promovem para assegurar sua realização, e não somente pela previsão deste princípio na legislação.

Como elementos constitutivos dessa forma de gestão, podem ser destacados:

participação, autonomia, transparência e pluralidade (ARAÚJO, 2000). Cada um desses elementos tem sua relevância por si só e, juntos, colaboram para a ampliação do entendimento de como se articula e se manifesta uma educação democrática, que considera, realmente, a comunidade escolar.

Esses elementos são vistos como ferramentas fundamentais dentro do processo de construção da gestão democrática, são eles: Participação, autonomia, transparência e pluralismo.

Sobre a participação, Veiga (1998), diz que a participação deve ser garantida a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. A escola é concebida como uma instituição de responsabilidade de todos, professores, pais, agentes educacionais, comunidade e equipe gestora que participam efetivamente nos processos de tomada de decisão, tem maiores possibilidades de diminuir ou evitar o abandono, a evasão e a repetência de estudantes. Neste sentido, o desafio do diretor consiste em ampliar e criar novos canais de participação dos sujeitos sociais nos rumos da escola, afirmando-a como espaço público da cidadania.

Pensando nos princípios da participação, é necessário que os sistemas de ensino criem programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias, apoiando assim o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos; cabe à escola o cumprimento do direito das famílias à informação sobre a educação dos filhos; o envolvimento da família nas condições de aprendizagem dos filhos, nas decisões pedagógicas e administrativas da escola; o estreitamento de laços entre a comunidade e a escola; o conhecimento da realidade do aluno (CASTRO; REGATTIERI, 2010).

Veiga (1998), ao discorrer sobre a autonomia, aponta quatro dimensões, articuladas e relacionadas entre si, consideradas fundamentais para a escola na organização do trabalho educativo.

São elas:

1. Administrativa: relaciona-se com as questões administrativas, como administração de pessoal e material, controle dos indicadores de desempenho, avaliação do trabalho.
2. Financeira: elaboração de planos e execução dos recursos financeiros de forma adequada, observando os fins educativos.
3. Pedagógica: trata especificamente das questões pedagógicas - função social da escola, organização curricular, avaliação -, que parte de um amplo processo coletivo.
4. Jurídica: refere-se às normas, às orientações elaboradas pela escola, aos estatutos, ao regimento, aos avisos, às portarias.

Essa dimensão possibilita que as ações sejam discutidas e elaboradas coletivamente. A autonomia sobressai à força do aspecto pedagógico com a elaboração do Projeto Político-Pedagógico pelo coletivo escolar e a gestão centrada nos Órgãos Colegiados da escola. A figura 1 a seguir ilustra a inter-relação entre esses elementos:

Figura 1 - Dimensões da organização do trabalho educativo



Fonte: VEIGA, 1998, p. 16

A respeito da transparência Araújo (2000), diz que para que ela ocorra é necessário que haja inserção da comunidade no cotidiano escolar, do envolvimento dos segmentos com as questões da escola, e passa pela socialização das informações, o que pode gerar um clima de confiança e de clareza de propósitos entre todos os envolvidos no processo educativo. Ela é elemento fundamental na gestão democrática e traduz-se no livre acesso à informações.

A transparência costuma apresentar-se como um meio eficiente de dar credibilidade ao espaço público, ou seja, a lisura que permite aos cidadãos participarem do controle social. Sendo assim, como todos os envolvidos no cotidiano escolar são chamados a participarem de sua gestão, toda e qualquer decisão ou ação tomada ou implantada na escola tem que ser do conhecimento da coletividade.

Segundo Araújo (2000), é o pluralismo que se consolida como postura de “reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da escola e que sustentam, através do debate e do conflito de ideias, o próprio processo democrático”. Nesse sentido, é imprescindível que haja o respeito às diferenças de pensar e de opiniões para, de forma coletiva, alcançar os objetivos da escola em relação à formação e aprendizagem dos estudantes.

Toda a instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal. O termo estrutura tem aqui o sentido de ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso a escola.

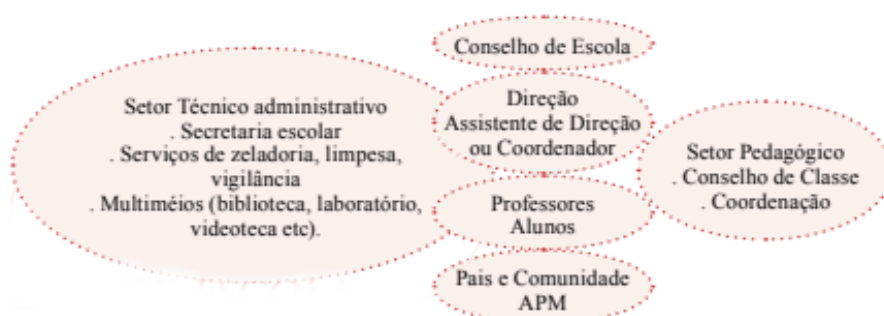
A autonomia é concretizada na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político

Pedagógico, em que a equipe escolar e comunidade local estabelecem seus objetivos e juntos assumem a responsabilidade dos sucessos e fracassos. A participação consiste no estabelecimento de parcerias com setores sociais que se disponham a colaborar com a melhoria do ensino público, além da participação dos professores, funcionários e comunidade local, mas sabemos que a participação é algo difícil, é cultural, portanto deve ser praticada, construída (LIMA, 2003). Libâneo (2007) destaca que a gestão democrática, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns e também depende de capacidades, responsabilidade individuais e de uma ação coordenada e controlada. Para ele, sendo a escola, um ambiente social, formado por diferentes sujeitos, das mais variadas opiniões e comportamentos é importante considerar as diferentes opiniões, lembrando que uma escola democrática não é aquela em que todos fazem o querem, mas sim aquela em que todos fazem o que é bom para todos.

Essa estrutura é comumente representada graficamente num organograma, um tipo de gráfico que mostra a inter-relações entre os vários setores e funções de uma organização ou serviço. Evidentemente a forma do organograma reflete a concepção de organização e gestão. A estrutura organizacional de escolas se diferencia conforme a legislação dos Estados e Municípios e, obviamente, conforme as concepções de organização e gestão adotada, mas podemos apresentar a estrutura básica com todas as unidades e funções típicas de uma escola.

Dentro de um modelo de gestão educacional participativa, a escola é planejada para se transformar em um centro comunitário permanente, pois a integração entre escola-família-comunidade é amplamente aplicada. Tal modelo de gestão compartilhada leva pais, professores e alunos a apresentarem comportamento de satisfação em relação ao serviço oferecido pela escola (SANTOS, 2008).

Figura 2: Organograma Básico de Escolas



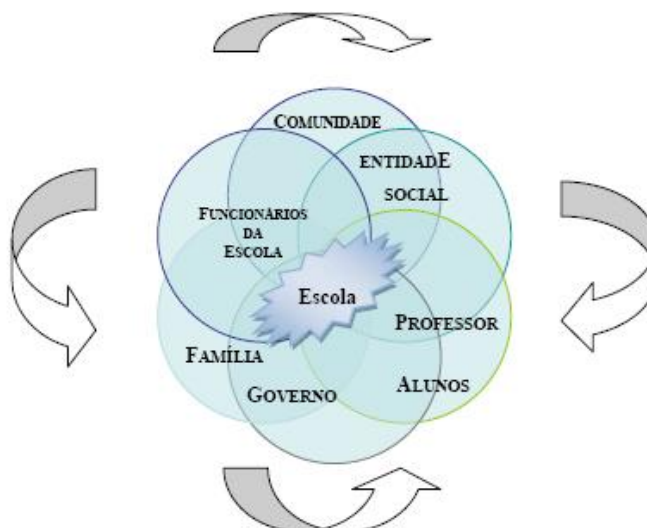
A participação no contexto escolar pode ocorrer de diversas formas, sendo que Lück (2009) cita as seguintes: participação como presença, participação como expressão verbal e discussão, participação como representação política, participação como tomada de decisão e participação como engajamento. Cada uma dessas formas de participação contém uma intensidade diferente e gradual no seu nível de interação. Para ser bem sucedido, um modelo de gestão escolar participativa deve promover meios de a comunidade, de forma sequencial e crescente, se motivar a estar presente na escola; a participar de discussões e debates acerca da viabilidade de implantação de novas ideias e projetos na escola; a deliberar no processo de tomada de decisão a respeito de quais ideias e projetos debatidos realmente serão implantados na escola e a engajar-se na execução das ações necessárias para a implantação dos projetos escolhidos.

Na figura 3, a comunidade local na qual a escola está inserida é o que se mantém mais distante da gestão escolar, sendo que, em modelos tradicionais de gestão escolar, a comunidade tende a manter-se totalmente alheia aos projetos instituídos na escola. Assim, considera-se que somente um modelo bem planejado de gestão participativa e bem implementado constitui um elemento capaz de possibilitar a aproximação da comunidade local da escola.

A organização-escola possui interfaces através das quais ela interage com todo o meio, que é composto por diversos atores sociais (*stakeholders*). Por meio do relacionamento com esses agentes, surge a sinergia Escola-Estado-Comunidade, a qual resulta em importantes parcerias público-privadas. Dentro desta perspectiva, comunidade e empresas privadas se unem para interferir positivamente no processo decisório educacional. Ressalta-se, entretanto, que é importante ter um projeto pedagógico consistente que não permita que as parcerias público-privadas não interfiram nos fins da educação.

Este envolvimento, no âmbito da gestão compartilhada, dispõe de processos que se constituem elementos motivadores para a colaboração entre a escola e as famílias, com objetivos e visão compartilhados, direcionados a um processo onde a participação da comunidade escolar na construção e implantação do projeto político-pedagógico torna-se um fator-chave de sucesso (MURILLO, 2007).

Figura 3: Comunidade Escolar – Os stakeholder que afetam e são afetados pelo processo educacional.



Fonte: Brito e Siveres, 2015

Quanto ao papel das famílias no processo de ensino aprendizagem, considera-se que na idade moderna, quando as primeiras instituições educacionais começaram a aparecer, os pais passavam, em comparação a épocas anteriores, a se preocupar mais com seus filhos e procurar tê-los por perto para cuidar de sua educação. O clima sentimental começava a ser diferente e os pais passavam a aproximar-se mais seus filhos e buscar um convívio familiar. As famílias precisavam aprender a ouvir, dar atenção e agir com paciência e cuidar para que a criança construísse um laço afetivo entre eles, para que eles vissem os pais como exemplos e diante dos obstáculos buscassem segurança neles (ARIÉS, 2006).

Segundo Ariés (2006), com o fim da idade média as crianças passaram a conquistar um lugar de destaque no contexto familiar. No século XVII a família tem um papel diferenciado e sua principal característica que a distingue das famílias medievais é que as crianças passam a se tornar elementos indispensáveis na vida dos pais e a partir daí a família começa a se preocupar com a carreira, educação e o futuro de seus filhos.

Desde as décadas de 70 e 80, a instituição familiar vem sofrendo transformações. Podemos verificar essas transformações a partir dos relatos de Oliveira (2009), quando explica que essas configurações familiares que vêm ocorrendo são em decorrência do início do processo de industrialização, o advento da urbanização, a abolição da escravatura, a organização da população e a emancipação da mulher. Além disso, a autora em suas palavras ressalta que:

Os costumes que marcaram época podem ou não estar distantes de nossos costumes, pois os conceitos evoluíram ou, até mesmo, mudaram de denominação, mas, se estudarmos esses conceitos atualmente, poderemos verificar que, muitos deles, ainda estão presentes na sociedade, ainda que de forma oculta (OLIVEIRA, 2009, p. 66).

Em decorrência desse processo histórico que transformou a família de forma significativa, os aspectos familiares também foram influenciados. Havendo uma mudança na visão que os pais têm com relação as suas funções dentro do processo de formação dos filhos.

Ao passo que a industrialização descentralizou a família, ela também deu maiores conotações de importância ao acompanhamento dos pais na educação dos filhos, visto que é função da escola formar cidadãos críticos, pensantes e reflexivos, para mais tarde adentrar o plano social de forma a contribuir com o sistema industrial. Nesse sentido é importante que haja todo o acompanhamento para que esse processo de amadurecimento intelectual seja eficaz e eficiente.

Porém, antes de apontar as transformações ocorridas na família, é necessário ter ciência do conceito de família. Samara (1998, p.07) conceitua a família como: “[...] uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as outras instituições, justifica-se dada a importância do tema para se entender a natureza das sociedades, tanto no presente como no passado”.

Segundo Marturano (1998), a influência do ambiente familiar no aprendizado escolar é amplamente reconhecida. Porém, não se deve atribuir a ela toda a carga de responsabilidade pelo desempenho escolar do aluno. As características da criança e a escola também influem. Dessa forma é preciso que haja um reconhecimento da diversidade presente em sala de aula, para que se construa primeiramente um respeito às peculiaridades, culturas, pensamentos, e diferenças que podem influenciar no processo de educação da criança.

Segundo o Programa Nacional de Educação (PNE) de 2001 (BRASIL, 2001), a articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento dos processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementam e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. O resultado dessa troca produz efeitos sobre a autoestima da criança e no seu desenvolvimento. Neste sentido, Goulart (2013) defende que:

É crucial que a instituição respeite e valorize a cultura das diferentes famílias envolvidas no processo educativo. Além disso, deve estimular a participação ativa dos pais, padrastos e outras figuras masculinas da família no cuidado e na educação, como base de uma educação não-discriminatória, que contribua para superar a visão (paradigma) de que tal responsabilidade é exclusiva das mulheres. A criança precisa de afetividade e compreensão para sentir-se segura nos processos de aprendizagem. Um ambiente desfavorável provoca a depreciação do amor, do sentimento de incapacidade e, conseqüentemente, um comportamento social comprometido (GOULART, 2013, p. 01).

Para tanto é preciso antes de mais nada que haja um reconhecimento das definições e

conceitos de família. Atualmente, existem muitas famílias que não estão estruturadas nos mesmos padrões tradicionais que eram reconhecidas outrora como único modelo familiar. É preciso que a escola tenha um reconhecimento de que existem famílias diversificadas, que se formam não por pai-mãe-filhos, mas sim apenas por um desses personagens (pai ou mãe).

Segundo Ackerman:

O momento histórico em que nos encontramos, tem alterado a configuração da vida familiar e tem abalado os padrões estabelecidos de Indivíduo, Família e Sociedade. [...] Seres humanos e relações humanas foram lançados em um estado de turbulência, enquanto a máquina cresce muito, à frente da sabedoria do homem sobre si mesmo. A redução do espaço e a intimidade forçada entre as pessoas vivendo em culturas em conflito exigem um novo entendimento, uma nova visão das relações do homem com o homem e do homem com a sociedade (1986, p. 17).

De acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², 47% dos domicílios organizam-se de formas nas quais no mínimo um dos pais está ausente. Ou seja, quase metade das famílias brasileiras não corresponde mais ao modelo secular “pai, mãe e filhos”.

É cada vez mais comum a família monoparental como se refere à Constituição Federal, artigo 226, § 4º (BRASIL, 1988), isto é, aquela em que apenas um dos pais (homem ou mulher) é referência. No Brasil, quase um terço das famílias é chefiado por mulheres. Há também famílias reconstituídas, nas quais mulheres e homens vivenciam novos casamentos e reúnem filhos de outras relações, famílias que articulam em uma mesma casa vários núcleos familiares, famílias formadas por casais homossexuais, entre outras.

Nesta perspectiva, Leite e Gomes (2008), ressaltam a importância da participação da família na escola e enfatizam a necessidade do envolvimento da instituição familiar na aprendizagem de tal forma que a mesma está prevista em lei. Afirmam as autoras que: A própria lei garante a participação no processo de ensino aprendizagem de seus filhos, todavia, nem sempre as famílias se dispõem a esta participação. O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação.

Segundo Tedesco:

Essa erosão do apoio familiar não se expressa só na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar. Num sentido mais geral e mais profundo, produziu-se uma nova dissolução entre família e escola, pela qual as crianças chegam à escola com um núcleo básico de desenvolvimento da personalidade caracterizado seja pela debilidade dos quadros de referência, seja por quadros de referência que diferem dos que a escola supõe e para os quais se preparou (2002, p.36).

A participação da família na educação das crianças também está pautado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), título II, onde ajuda a compreender que a família é fundamental no desenvolvimento da aprendizagem do aluno priorizando os direitos da criança e os deveres da família:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 05).

Através de regras as crianças que recebem acompanhamento familiar apresentam resultados. Por outro lado, Casarin (2007) destaca um ponto negativo que pode ocorrer se o aluno não receber uma resposta positiva em relação à participação da família no desenvolvimento de sua aprendizagem, onde os resultados na aprendizagem ficam altamente prejudicados, comprometendo todo o sistema educacional e suas metas para a progressão de ensino.

Para Souza (2009) a boa relação entre família e escola precisa estar presente em qualquer trabalho educativo, pois é a ação conjunta, orientando e discutindo sobre variados assuntos para a definição dos meios de ação, que pode proporcionar o bom desenvolvimento e desempenho social e escolar da criança.

Para Winnicott (2005 apud ARAÚJO, 2010), a principal função da mãe é educar e cuidar de seu filho, proporcionando um ambiente agradável para um desenvolvimento saudável da criança, propiciando a ela o desempenho adequado frente a tarefas, com maior probabilidade de adaptação e desenvolvendo a personalidade de forma a atender às suas necessidades mais importantes. Ainda no que se refere ao papel da família, segundo Referencial Curricular Nacional, constata-se que ela não está sozinha:

No geral, as famílias que porventura tiverem dificuldades em cumprir qualquer uma de suas funções para com a criança deverão receber toda ajuda possível das instituições de educação infantil, da comunidade, do poder público, das instituições de apoio para que melhorem os desempenhos junto às crianças”. (BRASIL, 1998, p. 84)

De acordo com Araújo (2010), a família precisa valorizar e estimular os filhos, pois os pais são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento, aprendizagem e educação dos filhos

em seu aspecto psicológico, físico, intelectual e social. A família precisa desempenhar este papel basilar, pois é importante o acompanhamento do desenvolvimento escolar dos filhos. A escola sozinha não é capaz de obter sucesso, dependendo da presença dos pais na educação da criança.

Para Piletti (2004) é indispensável o envolvimento da família para eficácia no ensino escolar. Isto pode ser obtido por meio de serviços da escola para e com a comunidade, envolvendo-a em uma parceria, o que além de propiciar à sociedade informação a predis põe positivamente para o atendimento das demandas escolares. Mostram-se relevantes propostas de aproximação das famílias, para que as crianças também conheçam os pais de seus colegas, brinquedos e locais onde moram, e por meio disso seja possível conhecer a realidade e integrar as famílias.

A família tem a função psicossocial de favorecer e adaptar seus filhos em uma cultura possuindo responsabilidade relacionada à criança. Os pais devem oferecer proteção e cuidados, garantindo condições dignas para seus filhos, contribuindo em uma socialização baseada nos valores desenvolvidos na estrutura familiar. A função da família também é proporcionar suporte emocional à criança possibilitando a ela tornar-se capaz de estabelecer vínculos satisfatórios e garantindo sua integridade física e psíquica (SALVADOR et al., 1999).

Cury salienta que:

Pais que não tem coragem de reconhecer seus erros nunca ensinarão seus filhos a enfrentar seus próprios erros e a crescer com eles. Pais que admitem que estão sempre certos nunca ensinarão seus filhos a transcender seus fracassos. Pais que não pedem desculpas nunca ensinarão seus filhos a lidar com a arrogância. Pais que não revelam seus temores terão sempre dificuldades de ensinar seus filhos a ver nas perdas oportunidades para serem mais fortes e experientes (2003, p.39).

Para Goldani (1993), é fundamental acabar com o mito da família desestruturada, termo ainda muito utilizado por profissionais da área de educação. É necessário perceber as transformações da família, entendendo que elas não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram. A família contemporânea passa por uma transformação interna da qual o Estado e outras instituições interferem direta e/ou indiretamente. Criam legislação nos diferentes códigos civis, delimitando direitos e obrigações dos membros da família, além das políticas públicas que interferem de alguma forma na reprodução dos seus membros.

Além disso, é importante considerar as estatísticas que apontam uma maior

participação da mulher e dos filhos no mercado de trabalho, bem como na crescente contribuição destes para o orçamento doméstico. Isso porque resulta em alterações dos hábitos e relações entre os membros da família, enfraquece a autoridade parental e indica um modelo menos hierárquico e mais democrático de família. Com base nestas informações, cabe às instituições de ensino considerarem a participação das mães no mercado de trabalho, o que pode levar à pouca disponibilidade para uma participação ativa na escola. Isso indica que é necessário realizar uma adaptação dos horários e formas de atendimento das mesmas (GOLDANI, 1993).

Para Goldani (1993), a família está modificada, devido ao rápido descenso da fecundidade, a produção independente (mães solteiras) e as novas formas de uniões entre os sexos. Além disso, é importante considerarmos a maior sobrevivência feminina, com uma expectativa de vida de cerca de seis anos a mais que os homens, juntamente com as rupturas matrimoniais, o que possibilitou um aumento de famílias monoparentais. Em função dessa diversidade é de extrema importância que a comunidade escolar conheça, respeite e considere essas novas configurações familiares para que possa entender um pouco mais sobre a vida dos alunos. Cabe aos sistemas de ensino o estabelecimento de programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias, apoiando assim o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos.

Nas relações com a família a criança aprende a encontrar estratégias para alcançar os resultados desejados frente aos desafios e a identificar seus direitos e responsabilidades em situações de aprendizagem na educação. Para Salvador et al. (1999), os pais devem oferecer a proteção básica assegurando a autonomia dos filhos e criar uma vida saudável com valores positivos capazes de controlar o comportamento da criança para que eles aprendam a suprir suas necessidades emocionais e sociais estimulando seu papel educativo.

O primeiro passo para a interação positiva entre a escola e a comunidade é, sem dúvida, o conhecimento da própria comunidade por parte da escola. Para um considerável aprofundamento desta relação, seria necessário que toda a comunidade escolar, não somente educadores ou gestores, analisem instrumentos que facilitem o intercâmbio entre as partes, favorecendo uma relação de confiança e respeito para com os envolvidos.

Em se tratando do papel do gestor, é necessário compreender um pouco, como esse personagem vem se moldando com o passar do tempo. Para contextualizarmos as diversas tarefas a serem realizadas pelo gestor escolar, é extremamente importante de início conceituarmos a palavra gestão e posteriormente debater a gestão escolar.

Nesse sentido, Rios (2010, p.266) afirma que:

Gestão é o ato ou efeito de gerir, gerência, administração. Podemos então subentender que a gestão é um ato administrativo na unidade escolar, cargo que exige capacidade de liderança organizacional para que todas as tarefas sejam cumpridas rigorosamente em tempo e modo necessários (RIOS, 2010, p. 266)

Por um longo período da história as escolas apresentavam administração parecida com empresas, onde o chefe, sozinho, tomava as decisões. Nas escolas, os diretores eram os centros dessas decisões. Atualmente o modelo adotado é de gestão, onde a direção, juntamente com uma comissão de pedagogos, criam estratégias, em conjunto, buscando as melhores soluções para as problemáticas apresentadas nas escolas.

Esse modelo de gestão escolar, não é centrada apenas no diretor de escola, mas em toda equipe pedagógica, professores, demais funcionários, e deve ainda contar com a participação da família e da comunidade, todos juntos têm a missão de conduzir bem a escola e os recursos humanos para que as metas e objetivos propostos em prol da melhoria da qualidade de ensino sejam realmente alcançados.

Nesse sentido a escola precisa estar estruturada em valores éticos e morais e, que assim possa reconhecer as habilidades e o desempenho dos atores envolvidos com a mesma (escola) respeitando-os e considerando suas experiências, vivências e aprendizagens distintas, e dessa maneira a gestão escolar passa a ser democrática.

Logo, a gestão democrática da educação tem o dever de não discriminar e de eliminar a exclusão, oferecendo a todos oportunidades de aprendizagem e experiências educativas, a partir da necessidade individual de cada um, e criando o ambiente próprio à superação dos desafios individuais e coletivos (BRASIL, 2006, p.18).

Para que esse novo formato de gestão funcione, é preciso que todos os agentes pedagógicos estejam comprometidos com suas funções dentro da missão educacional a qual se incube a escola. A gestão democrática funciona no sentido de promover uma aprendizagem mais sólida e eficiente, oferecendo a todos oportunidades iguais sem qualquer tipo de distinção. Desse modo a escola pode tornar-se um ambiente propício para a superação de desafios e formar cidadãos capazes de exercer sua autonomia com liberdade e consciência.

Olhando por essa perspectiva, é óbvio perceber que a concepção de autonomia, nesse caso, seja exercida em conjunto, ou seja, coletivamente, onde o diálogo, as experiências e as expectativas de cada um sejam considerados e respeitados. De acordo com Carlos Estevão (2013) “um dos princípios fundamentais da ética comunicativa é que ninguém pode ser excluído, a priori, do diálogo por meio do qual os participantes pretendem resolver os seus

problemas” (ESTEVIÃO, 2003).

O gestor é responsável por manter a ordem entre as partes, conciliando-os para que suas expectativas possam ser atendidas, desde que estejam de acordo com as metas estipuladas nos documentos legais da educação nacional. É o gestor, quem deve buscar as ferramentas necessárias para que todos possam cumprir de forma, produzente seu papel perante ao projeto de ensino. Ne acordo com Luck Na escola, o diretor é o profissional a quem compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento de ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados (LUCK,2009. p.17).

Cabe ao gestor demonstrar a importância de haver parceria entre escola e família, sempre mostrando e identificando o papel de cada instituição, e se há uma dissociação desses papéis no processo educacional, pretende verificar as responsabilidades atribuídas aos professores nessa parceria e refletir a integração da família no processo pedagógico, sempre formando uma verdadeira parceria.

A equipe gestora nunca poderá esquecer que o aluno antes de chegar à instituição escolar, já possui uma bagagem e ainda vai continuar aprendendo muitas coisas fora da escola. Portanto, mesmo o professor passando os conhecimentos mais pertinentes e importantes ao aluno, não será somente aquele que irá influenciar o estudante ensinando algo, a vida toda ele terá influências de diversos lugares, sendo estas boas ou ruins para a sua formação. Fora da escola, ele irá aprender coisas importantes para a sua aprendizagem na escola, em sua personalidade, ou seja, para toda sua vida.

Fora da Unidade escolar, o aluno sempre terá influências diretas e indiretas da família, amigos e da comunidade. É de extrema importância, o vínculo que a família e a comunidade devem manter com a escola, formando a verdadeira parceria de que tanto se faz necessário para que haja uma evolução no processo de ensino aprendizagem.

Em sua pesquisa intitulada: A desordem na relação professor aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento, publicada em 1996, o professor Aquino afirma que a maioria dos gestores e dos professores não sabem ao certo como lidar com o ato indisciplinado, dialogando? Punir? Encaminhar? ou Ignorar?.

Atualmente esse assunto vem sendo tratado com muita ênfase no ambiente escolar, pois para alguns isso é atitude e características das “novas gerações”, e, portanto, pede que os gestores adotem uma nova postura, onde possa enfatizar a importância da relação família

escola, na busca de compreender e solucionar quaisquer problemas dentro do processo de ensino aprendizagem. b

Ainda na pesquisa de Aquino, verifica-se que o estudante atual chega ao ambiente escolar com certa carga de agressividade, rebeldia, apatia, indiferença, ou ainda, desrespeito, falta de limites, ou quase nada, contra a degradação da sociedade contemporânea, simbolizada pela indisciplina generalizada das novas gerações.

Algumas pessoas defendem que a responsabilidade de educar não é da “moda” e sim dos pais que não selecionam os assuntos que as crianças podem assistir e dialogar. Atribuem a falta de limites das crianças e dos jovens à suposta permissividade dos pais, ou seja, as crianças assistem e falam tudo o que querem porque os pais permitem, e com essa atitude que os alunos chegam à escola com essa “tal liberdade de expressão” e nesse contexto o professor muitas vezes não sabe reagir, e/ou punir.

O gestor no que diz respeito em apresentar conhecimento, visão, equilíbrio nos desafios da aprendizagem, bem como nos problemas comportamentais do aluno é de fundamental importância, para o êxito de uma educação de qualidade. Aqui entende-se o gestor como todos os educadores que fazem parte da escola. Nesse caso, o trabalho em equipe e com ajuda da família no enfrentamento dos problemas pode ser através da elaboração de regras de convivência e limites que atendam os anseios de todos.

No que diz respeito ao relacionamento entre gestores e pais, é importante ressaltar que ainda está aquém daquilo que é almejado por todos. Existem muitas dificuldades de um verdadeiro trabalho conjunto. De um lado os professores, tentando conciliar seu trabalho, muitas vezes em várias escolas e do outro os pais que não encontram tempo para ir até a escola do filho. Desse modo surgem os entraves que distanciam e dificultam os laços que unem gestores e família.

4 PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

Mesmo que todos tenham claramente seus papéis bem definidos dentro desse processo, é importante considerar a figura do professor, que de fato será quem irá desenvolver todos os projetos, com auxílio dos pares responsáveis, a fim de relatar, depois de todo processo avaliativo, se as expectativas estão dentro dos objetivos e metas pensadas para os alunos. Para tanto, compreender que uma formação efetivamente com constantes atualizações, é de suma relevância para que eles possam utilizar informações e ferramentas atuais como forma de melhor se comunicar com os alunos, entendendo aquela realidade, aquele momento e usando esses fatores como mecanismos de ampliar os resultados de ensino e aprendizagem.

A gestão da educação, entendida como tomada de decisão, organização, direção e participação, acontece em todos os âmbitos da escola. Segundo Ferreira (2008, p. 08), ela se desenvolve “fundamentalmente, na sala de aula, onde concretamente se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões”. Para Libâneo (2004), a concepção democrático-participativa implica a busca de objetivos comuns pela direção, professores e demais profissionais da educação e a tomada coletiva de decisões que orientam cada um a assumir com responsabilidade sua parte na execução do acordo.

A sala de aula é também o espaço no qual, em determinado tempo, se lida com os acontecimentos de outros tempos e espaços, com as histórias de vida dos sujeitos. As dinâmicas entre os alunos depende diretamente do professor, que de uma forma democrática, deverá mediar os conflitos, possibilitando que todos aprendam todos os acontecimentos. Atuando com conhecimento, organizando o espaço de convívio, planejando o trabalho a ser realizado, mediando conflitos e estabelecendo a confiança mútua, o professor tem condições de criar situações propícias para a internalização dos conhecimentos por parte dos sujeitos e, ao mesmo tempo, possibilitar o desenvolvimento de cidadãos democráticos.

Os profissionais da educação possuem papéis indispensáveis no âmbito escolar como educadores e sujeitos que colaboram com uma escola mais capacidade em acolher sujeitos heterogêneos e assim, lidar com as diferenças que o ambiente escolar proporciona. De acordo com Fontana (2011) para que a gestão democrática exista no ambiente escolar é necessário que os indivíduos que compõem a escola, entendam que necessitamos de participações que visem pelo coletivo, resultando, em maiores diálogos e contribuições por parte dos que colaboraram para a construção de uma escola que contenha a participação da comunidade, e os professores são parte fundamental dessa gestão escolar.

O professor como educador contribui na construção do conhecimento e de indivíduos letradas e competentes em todas as áreas sociais. De acordo com Vasconcellos (2007) o professor possui um papel muito importante, pois “trabalha” com novos indivíduos, os quais estão em formação e com o conhecimento, posto isso, é necessário que o professor assuma o papel de transformador da realidade em que está inserido, visto que o conhecimento modifica as pessoas e situações.

Seguindo nessa reflexão, Vasconcellos (2007, p.48) acentua que “se o professor não começar a tentar, se não der o melhor de si, quebrar-se como pessoa, definha, perde a paixão, o entusiasmo, esgarça sua condição de sujeito de transformação”, desse modo, constatamos a relevância do poder transformador que o professor apresenta, o qual sem ele pode tornar-se um indivíduo conformado e sem objetivos de mudar a realidade.

Assim, relembremos que a transformação da realidade educacional atualmente, a qual apresenta dificuldades físicas em suas escolas, falta de investimento e manutenção por parte dos órgãos públicos, estrutura e salas de aulas, muitas vezes desconfortáveis, ausência de material didático suficiente, influencia diretamente no comprometimento da educação dificultando o processo de construção de aprendizagem. Seguindo nessa linha de reflexão sobre o professor e a gestão democrática, é indispensável trazermos algumas contribuições sobre a escola, assim, Azanha (2006) destaca que:

A escola contemporânea é, pois, uma novidade social e cultural. Nesse novo espaço institucional, o desempenho do professor não mais pode ser pensado como uma simples questão de formação teórica de alguém que ensina, como também o desempenho do aluno não mais pode ser considerado como uma simples questão de motivação e de espaços individuais. (AZANHA, 2006, p.62).

De acordo com Vasconcellos (2007), professor e aluno ocupam na escola atual, posições diferentes, se comparado a anos atrás, sendo o professor “sujeito histórico de transformação” e essa “transformação da realidade não vai se dar de forma espontânea, automaticamente” (VASCONCELLOS, 2007), ou seja, eles são responsáveis por transformações que ocorrem em seu meio. Nessa lógica de argumento sobre a escola, Azanha (2006) evidencia que:

[...] sempre houve pouca compreensão do caráter coletivo do trabalho escolar, provavelmente como reflexo da concepção que focaliza esse trabalho como se fosse principalmente uma relação entre professor e aluno. A ideia de que uma boa escola é mais do que a simples reunião de bons professores tem sido de difícil penetração nas práticas escolares. (AZANHA, 2006, p. 67).

Nessa perspectiva, o mesmo autor, Azanha (2006, p. 68) registra que “[...] o professor deve ser formado não como um portador de verdades a serem aplicadas a uma situação escolar abstrata, mas incentivado a procurá-las na variedade social e cultural de escolas abstratas”. Assim, o autor frisa que o professor precisa garantir o direito a uma formação que abranja as demandas necessárias, capazes de atingir o mais profundo em uma população, que saiba agir no social e no cultural dando o suporte necessário para a produção do conhecimento, atingindo a demanda de cada aluno.

O conflito que ocorre na realidade social não poderia deixar de estar presente na sala de aula: ele aflora nas relações do grupo, nas manifestações verbais, nas diferenças de opinião, nas formas de expressão e no respeito ou desrespeito à individualidade alheia. Como esse é um ambiente de convivência diária e os conflitos surgem com maior frequência, não podemos penalizar o outro por ser o “problema”, mas considerar a dificuldade a ser vencida (DEL PRETTE, 2007). Se ele é o “problema”, como esperar que seja a solução? É necessário que se construa com ele o caminho que o ajudará a sair da situação em que se encontra.

Ao intervir nos conflitos, o professor deve ter em mente que deve fazê-lo com base na necessidade de trabalhar a percepção de direitos e deveres e de estabelecer limites. Quando o professor torna o espaço da sala de aula democrático, o diálogo que ele estabelece com seus alunos é que possibilita que alguns tipos de disciplina sejam desconstruídos e reconstruídos com significado. Quando discutida e construída democraticamente e coletivamente, a disciplina passa a ser conteúdo de aprendizagem, levando todos a reconhecê-la como algo fundamental nas relações humanas.

Segundo Machado, a investigação tradicional sobre o ensino não se preocupava tanto com a gestão e a organização da sala de aula. No entanto, “atualmente, debruça-se não só sobre o modo como a ordem é estabelecida e mantida, como também sobre os processos que contribuem para o seu estabelecimento, tais como a planificação e organização das aulas, o uso e distribuição de recursos, o estabelecimento e explicitação das regras, a reação ao comportamento individual e de grupo, o enquadramento em que esta é atingida” (MACHADO, 2000).

Para a autora, essa preocupação decorre do fato de que é na sala de aula que se desenvolve a maior parte do processo ensino-aprendizagem, processo que, segundo ela, apresenta duas tarefas estruturais: aprendizagem e ordem. “A aprendizagem, de natureza individual, concretiza-se através da instrução, tendo por referência um currículo que os alunos devem dominar, persistindo nos seus esforços para aprender”.

Na perspectiva dos alunos, o professor deve “dialogar sempre para poder compreender

as situações que se estabelecem na sala de aula e poder interagir criando momentos de aprendizagem”. Ao dialogar, ele estabelece com os alunos um relacionamento franco e leva-os a perceber a sala de aula como um espaço coletivo, no qual as atitudes de cada um podem e devem influir nas dos demais. Ao examinar o sentido das ações que realizam, o gestor pode minimizar a indisciplina e integrar os alunos, criando um ambiente favorável para a aprendizagem significativa e para a participação crítica e reflexiva. Assim, os professores, ao estabelecer o diálogo, revelam e constroem saberes e valores.

A interação do aluno na sala de aula depende de alguns fatores, entre eles, seu desenvolvimento na aprendizagem dos conteúdos, seu relacionamento com os colegas, o respeito às normas estabelecidas. Com a descentralização, eles terão a oportunidade de assumir suas responsabilidades no processo da organização da classe, da manutenção da ordem, da realização dos trabalhos. A transparência possibilita avaliar o desempenho da classe, a participação de cada um e a própria atuação. A esse respeito Davis e Grosbaum (2002, p. 98) afirmam:

É importante estabelecer as regras do jogo. Para isso, é preciso envolver os alunos na definição das regras de conduta e dos direitos e deveres que regulam o cotidiano da sala de aula, esclarecendo que elas podem ser mudadas se deixam de ser consenso.

Portanto, o professor não pode se colocar à margem dos fatos, mesmo porque faz parte dessa sociedade e vivencia suas consequências a todo instante na própria sala de aula. Não há como se ausentar, pois ele faz parte dela, seja se comprometendo seja se omitindo. Há uma grande resistência por parte dos professores, e da escola como um todo, para assumir essa nova função que lhe é atribuída. No entanto, precisamos reconhecer que, na conjuntura atual, é impossível trabalhar os conteúdos sem preparar os alunos para tal. Esperar por soluções externas é ao mesmo tempo desacreditar e aderir ao comodismo, significa assumir uma postura alienada, deixar de ser sujeito no processo de construção de uma escola com a qual sonhamos e queremos ver transformada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo foi possível observar o real papel da família mediante a educação dos filhos. É notório que para isso é necessário que exista, por parte da escola, total acessibilidade para pais e responsáveis, a fim de que juntos construam uma gestão democrática, onde todos são autores de uma parte, ao que se refere a construção dos saberes e aquisição de conhecimentos pautados na transformação do aluno em um cidadão crítico e reflexivo.

Nesse sentido, a gestão democrática torna-se a ferramenta de transformação. Importante apontar que a gestão, dentro dos limites da escola, tem seus personagens pré definidos por todos os documentos legais que regem a educação nacional, como a própria lei de diretrizes e base da educação nacional, a qual, baseada na constituição federal, enfatiza a participação da família dentro do processo educacional dos filhos.

Para Saviani (2008, p. 98), “é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar”. No entanto, essa reorganização escolar, que deveria assegurar aos alunos o acesso ao conhecimento científico e à cultura socialmente produzida, depende da atuação de todos os setores da escola, orientados e incentivados pelo diretor, como gestor democrático.

Quanto à sala de aula, o professor gestor tem que ser um profissional comprometido com o que foi estabelecido pelo coletivo da escola e, ao mesmo tempo, ser capaz de construir o espaço adequado à aprendizagem dos conteúdos. Segundo Libâneo (1993), o ensino pode ser definido como uma atividade conjunta de professores e alunos e que, sob a direção dos professores, tem a finalidade de promover condições e meios para que os alunos possam assimilar conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções. Isto implica que o ato educativo, como o trabalho pedagógico, não pode ser neutro, pois, se assim o for, torna-se uma prática sem compromisso com a promoção do educando, ou seja, reduz-se à mera transmissão de conteúdos de ensino.

A aprendizagem do aluno é a razão do trabalho escolar, embora seja um processo individual, as relações interpessoais devem ser prezadas principalmente porque são através delas que se constroem percepções sociais em vista do outro. Desse modo, a aprendizagem da vivência social, balizado pela democracia, inicia dentro da própria escola, através dos exemplos e da participação efetiva da família dentro desse processo de conhecimento e reconhecimento de novas experiências, relacionando-se com posicionamentos diferentes ou

mesmo divergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adilson César de. *Gestão democrática da educação: a posição dos docentes*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (PPGE/Unb). Brasília, 2000.

ARAÚJO, G. B. M. **Família e Escola: parceria necessária na educação infantil**. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006

AQUINO, Júlio Groppa. A desordem na relação professor aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Sammus, 1996. p.3955.

AZANHA, José Mário Pires. *A formação do professor e outros escritos*. São Paulo: Senac, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.18 - 13 de jul. 1990.

BRASIL . **Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.172. Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Senado Federal, 2001. CASARIN, Nelson Elinton Fonseca. **Família e a Aprendizagem escolar**. Porto Alegre, 2007. FETTERMAN, D. M. **Etnografia passo a passo**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989, p.11.

BRITO, R. O; SIVERES, L. **As características da participação da comunidade escolar em um modelo de gestão compartilhada: Característica de participación de la comunidad escolar en un modelo de administración compartido**. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-89322015000100002
Acesso em 31 de Mar. 2022.

CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOULART, Claudia Augusta. **A importância da Família na Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.ideiacriativa.org/2013/07/a-importancia-da-familia-na-educacao.html>. Acesso em: 10 Out. 2018

FERREIRA, N. S. C. *A gestão enquanto instrumento para a construção e qualificação da*

educação. Disponível em <http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos1.pdf>
Acesso em 30 Mar 2022.

FONTANA, Andréia Regina. Gestão escolar democrática: é possível? 6. Ed. Alto Uruguai: Revista de educação do Ideal, 2011. Disponível em: http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/147_1.pdf Acesso em 30 Mar 2022.

LEITE, Eliane Gonçalves. GOMES, Haydê Morgana Gonçalves. **O papel da família e da escola na aprendizagem escolar : Uma análise na Escola Municipal José Teobaldo de Azevedo no Município de Limoeiro-PE.** Pernambuco, 2008.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis: Vozes, 2006.

MACHADO, M. de F.C. Gestão e organização da sala de aula. Revista ELO, nº 8, nov.2000. Disponível em: http://www.cf-francisco-holanda.rcts.pt/public/public_elos.htm Acesso em 31 Mar. 2022.

MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e aprendizagem escolar.** In: C. A. Funayama. 2008. Problemas de aprendizagem: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2000.

OLIVEIRA, Nayara. Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PARO, Vitor H. Gestão democrática da escola pública. Ática, 2002.

PILETTI, N. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Ática, 2004.

PIMENTA, S. G. (Org) Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira.** 4 ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1998.

Santos, C.(2008). *A gestão educacional e escolar para a modernidade.* São Paulo: Cengage Learning.

SALVADOR, C. C. et al. **Psicologia da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TEDESCO, J. C. O novo pacto educativo: Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2002.

UNESCO. **Fontes Para a Educação Infantil Brasília: UNESCO;** São Paulo: Cortez; São Paulo: Orsa, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para a reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, Lucia Maria G. (Org.). Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 9-32.